

**Povos originários:
sua história e seus direitos constituídos**

***Pueblos originarios:
su historia y derechos establecidos***

Rosalina de Godoy Dias da SILVA¹

Resumo

Este artigo tem como proposta apresentar considerações sobre a metodologia utilizada pelos professores no ensino da Literatura Indígena em sala de aula, onde o indígena é visto como um ser invisível que habita os livros didáticos, já que suas visões são totalmente eurocêntricas, sendo estes livros verdadeiros manuais, com pensamentos colonialistas. Por intermédio de obras escritas de autores indígenas, propusemos mostrar o quão ricas são as culturas que antecederam a atual, buscando transcender os preconceitos construídos no passar da história brasileira sobre as etnias indígenas. Esclarecendo os alunos, podemos promover o reconhecimento dos indígenas na construção étnica de nossa cultura, através da leitura da literatura indígena, valorizando o próprio ensino. Utilizamos como ferramenta a pesquisa bibliográfica e as leis inerentes à temática indígena no ensino formal, com um olhar profundo sobre esses, por isso consideramos importante a reflexão com relação a esse tema.

Palavras - chave: Ensino. Indígena. Literatura.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar consideraciones sobre la metodología utilizada por los docentes en la enseñanza de la Literatura Indígena en la clase, donde se ve al indígena como un ser invisible que habita los libros didacticos, ya que sus visiones son totalmente eurocéntricas, siendo estos libros verdaderos manuales, con pensamientos colonialistas. A través de obras escritas de autores indígenas, nos propusimos mostrar cuán ricas son las culturas que precedieron a la actual, buscando trascender los prejuicios construidos a lo largo de la historia brasileña sobre las etnias indígenas. Iluminando a los estudiantes podemos promover el reconocimiento de los pueblos indígenas en la construcción étnica de nuestra cultura, a través de la lectura de literatura indígena, valorando la propia enseñanza. Utilizamos como herramienta la investigación bibliográfica y las leyes inherentes a la problemática indígena en la educación formal,

¹ Mestra em Literatura de obras Indígenas, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista CAPES. E-mail: rosalinadegodoydias@gmail.com

con una mirada profunda a las mismas, por lo que consideramos importante reflexionar sobre este tema.

Palabras clave: Enseñanza. Indígena. Literatura.

Introdução

O ensino da literatura da temática indígena proporciona ao leitor o conhecimento sobre a cultura indígena, que por vezes está distante do seu cotidiano no contexto educativo. Nos dias de 31 de agosto à 08 de setembro de 2001, realizou-se na cidade de Durban, na África do Sul, a terceira conferência mundial contra o racismo, Discriminação Racial e a Xenofobia e formas correlatas, a última do círculo de conferências mundiais das Organizações das Nações Unidas (ONU). No artigo 22 desse documento Durban (2001) está escrito que expressamos nossa preocupação no que diz respeito ao fato de que, as instituições políticas e legais, não correspondem as características multiétnicas, pluriculturais e plurilinguais da população e, constituem um fator importante da discriminação dos povos indígenas. Portanto este documento insta aos Estados, no artigo 127:

[...] a intensificarem seus esforços no campo da educação, incluindo a educação em direitos humanos, a fim de promoverem o entendimento e a conscientização das causas, conseqüências e males do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e, também, recomenda aos Estados e incentiva as autoridades educacionais e o setor privado a desenvolverem materiais didáticos, em consulta com autoridades educacionais e o setor público, incluindo, livros didáticos e dicionários, visando ao combate daqueles fenômenos; neste contexto, exorta os Estados a darem a importância necessária à revisão e à correção dos livros-textos e dos currículos para a eliminação de quaisquer elementos que venham a promover racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata ou a reforçar estereótipos negativos, e para incluírem material que refute tais estereótipos; (DURBAN, 2001, p. 73-74)

Na resolução de Durban (2001), conforme documento já citado, o Brasil comprometeu-se em garantir o acesso à educação sem qualquer forma de discriminação, além disso, tem-se na Lei 12.796 /2013 (que nos traz no artigo 3º, inciso XII como princípio do ensino formal as considerações às diversidades étnico-raciais).

Para formular essa escrita deparamo-nos com inúmeras indagações. No art. 231 da Constituição de 1988, é reconhecido aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições, e os direitos originários sobre a terra que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

A partir da leitura e do conhecimento da lei 11.645 de março de 2008, a qual estabelece nas Diretrizes de Base da Educação Nacional a inclusão dessa temática em sala de aula, e no currículo oficial de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Começamos a indagar sobre as ideias equivocadas, e sobre o não conhecimento da história dos povos indígenas. Como podemos ensinar aos nossos alunos no Brasil contemporâneo? As sociedades indígenas constituem uma parte muito sensível da nossa sociedade, comungando com a natureza a sua história, vivendo em perfeita harmonia com os meios naturais que as rodeiam. Como a sociedade brasileira se mostra no relacionamento com os povos originários? Nesse sentido, compreender as sociedades indígenas, não é conhecer o “outro”, o “diferente”, mas sim refletir as indagações e ideias sobre a sociedade em que vivemos.

A verdade é que pouco conhecemos sobre a história indígena, as pesquisas são pobres, a imagem do indígena é caricata nos livros didáticos, e o livro didático é uma ferramenta imprescindível quando se fala do bem comum, principalmente no Ensino Fundamental, podemos considerar o principal vinculador do conhecimento sistematizado, pensando nisso procuramos refletir e compreender o que tem sido vinculado na cultura escolar sobre a temática indígena.

É importante perceber e refletir como a apresentação do indígena é feita, como artesão, pescador, caçador e curandeiro. Essa apresentação nos livros didáticos atuais de maneira isolada ou contextualizada e ainda como os conteúdos são organizados, com representações que contribuem ou não para a permanência eurocêntrica preconceituosa em relação ao sujeito indígena. O fato é que as pessoas quando ouvem falar dos indígenas ou veem a imagem do mesmo não os diferem por etnias, ou costumes, acabam generalizando e caracterizando-os como “índios”, portanto, no espaço da comunidade escolar, as ideias podem ser construídas e debatidas. Portanto, o objetivo dessa escrita é recorrer a autores indígenas e antropólogo, como Darcy Ribeiro com a obra *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995), Davi Kopenawa e Bruce Albert, com a obra *a Queda do Céu* (2015), Julie Dorrico e Outros com a obra *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: autoria, autonomia, ativismo* (2020), Francisco Bezerra dos

Santos com o artigo *Leitura da Literatura Indígena na sala de aula* (2017), Aline Franca e Naira Christofolletti Silveira com o artigo *A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira* (2014) e o documento de *Durban* (2001). Décio Gatty Júnior com o texto Estado, Currículo e Livro Didático no Brasil, no livro didático *Os índios invisíveis: o ensino de História sem etnicidade* (2009).

A busca pelo saber é um mecanismo que ligado à sua própria cultura que dá origem e sustentação ao preconceito, assim como estereótipos são a matéria prima e expressão do preconceito. Se pensarmos o Brasil a partir das cosmologias e histórias indígenas, percebemos que esta nação é múltipla, e nelas existem infinitas formas de pensar e viver. As experiências e os saberes indígenas consideram o Universo em sua totalidade, as cosmologias indígenas não podem ser reduzidas às formas Ocidentais de pensar o mundo.

Essas cosmologias não se confundem, e também não podem ser contidas dentro da visão materialista e mercadológica, as principais críticas dos cientistas sociais são direcionadas à racionalidade econômica, que coloca em segundo plano a proteção do meio ambiente e das pessoas. Mas a visão de mundo neoliberal não é a única, apesar de que, se pretenda universalizar, portanto, há uma infinidade de lógica e de muitos raciocínios diferentes, no Brasil existem trezentas e cinco etnias diferentes, há diversidade nos modos de viver, pensar, produzir, de tantos povos e comunidades tradicionais.

As experiências costuradas no viver indígena, oferecem verdadeiramente possibilidades sustentáveis para as futuras gerações. A terra, que na cosmovisão indígena é o fundamento das relações sociais e espaço de convivência.

Darcy Ribeiro em seu livro *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil* (1995), especificamente na página 106 fala dos Brasilíndios. Os filhos de portugueses com mulheres indígenas, esses mamelucos, sem identidade, não eram brancos e também não eram indígenas. Na cultura indígena os filhos homens pertenciam ao pai, então esses meninos eram desaldeados, assim ficavam sob a tutela do pai, que os exploravam de diversas formas, organizavam-se em bandos imensos de mamelucos e seus cativos, que durante meses ou até anos, andavam a pés descalços por longas distâncias ou remando as canoas das monções. Durante essas viagens eles acampavam para plantar e colher roças que supriam suas necessidades de alimentos para prosseguir viagem sertão adentro.

A procura de aldeias indígenas ou em missões de indígenas capturáveis, ou contra assalto de indígenas hostis. Esses paulistas fizeram-se respeitáveis, destacando-se com

altas honras. Os brasilíndios foram chamados de mamelucos pelos Jesuítas espanhóis, horrorizados com a bruteza e desumanidade que eram tratados pelos seus genitores. Outro valor assinalável era sua flexibilidade de gente recém feita, moldável a qualquer nova circunstância, “com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, cedendo, dobrando-se, moldando-se às asperezas de um mundo rude”, como diz Sérgio Buarque de Holanda (1986, p. 29 *apud* RIBEIRO 1995, p. 108).

Ribeiro (1995) destaca que em razão de sua dificuldade em não conseguir se identificar com um ou com outro de seus ancestrais, por serem rejeitados, os mamelucos caíam numa terra de ninguém, a partir da qual construía sua identidade de Brasileiros. Em período de quatro séculos foram extintos muitos grupos indígenas, sua população foi reduzida pela metade, consequência de epidemias no litoral, do trabalho escravo e do extermínio em guerra. O desgaste das tribos isoladas que viviam nas áreas de colonização, sobretudo, na região Sul do país, em que os mamelucos paulistas liquidaram as enormes concentrações de índios Guarani das missões Jesuítas. É provável que naquele século se tenham escravizado mais de 300 mil indígenas, os quais foram levados para São Paulo e vendidos na Bahia ou em Pernambuco.

Todas essas lutas relatadas por Darcy Ribeiro, em cada século demonstram que século após outro, nossos irmãos indígenas eram dizimados, mesmo assim eles resistiram, “são sementes rebeldes”, como eles se denominam, com uma força sobre humana, sua população voltou a crescer. Começa com a literatura brasileira indígena contemporânea, relatos de indígenas como Tiago Hakiy² do povo Sataré-Mawé e Ailton Krenak, que nos falam de suas lutas e anseios.

Os povos originários contam com uma história trágica no contato com os colonizadores, genocídio, também o etnocídio que, justamente com outros fatores, ainda há a falta de compreensão da sociedade não indígena, a vasta pluralidade étnica do Brasil, ainda, é desconhecida por uma parcela majoritária da sociedade, como ressalta o autor Tiago Hakiy do povo Sataré-Mawé.

A cultura dos povos indígenas, ao longo dos tempos, tem sido tratada com certo desdém – vivendo em um hiato de esquecimento abissal. Poucas pessoas despertam no meio da multidão para cantar e declamar

² Tiago Hakiy, poeta, escritor, bibliotecário, formado pela Universidade Federal do Amazonas, é contador de histórias tradicionais indígenas, tem catorze obras publicadas. Nasceu no município de Barreirinha, no coração da floresta amazônica e faz parte de projetos relacionados a cultura indígena.

a poucos ouvidos o universo multicultural dos povos da floresta. O Brasil necessita se conhecer, é impossível pensar em nossa história sem levar em consideração os povos aqui existentes, sem louvar a ancestralidade presente no canto dos pássaros e nas brisas do passado. Por isso, e muito mais, devemos encontrar mecanismos para a manutenção da cultura indígena, primordial para o surgimento da nação brasileira. (Tiago Hakiy do povo Sataré-Mawé, *apud* DORRICO *et al*, 2020, p. 37)

Nessa perspectiva, a escrita de oralidade e memórias é instrumento de compreensão, privilegia a participação de pessoas que foram testemunhas de um processo histórico no Brasil.

Os primeiros colonizadores Jesuítas estabeleceram o uso da língua indígena como facilitadora para a negociação e escravidão. Em decorrência do contato com Jesuítas, a colonização obrigou os indígenas a utilizar a língua geral ou *nheengatu*³, uma forma simplificada do tupi antigo, adaptado, amplamente difundido e falado, em grande parte no Brasil, nos primeiros séculos da colonização Portuguesa. A língua chamada “língua geral”, que tenha a matriz no tronco tupi, privou aos originários a livre comunicação em sua língua, desrespeitando os troncos lingüísticos de suas etnias, como o Macro-jê, por exemplo.

A política indigenista do império efetivou-se a partir das disputas por terras nas antigas aldeias coloniais. Nos discursos de desaparecimento dos “índios” nas guerras ofensivas contra os povos considerados selvagens.

A escrita oficial da nossa história sempre registrou um Brasil fora do Brasil, o lado de fora, olhando de longe, sem valor a história impregnada nessa terra. Talvez seja ainda lúcido sinalizar que não temos uma história brasileira em nosso currículo. Na chamada “cultura ocidental”, os povos originários são marcados pela invisibilidade, silenciamento, violências físicas e simbólicas. Essas narrativas são marca das críticas de representantes dos povos originários, que causaram e ainda causam impactos à construção histórica do nosso tempo. Sobre esse apagamento Ailton Krenak desabafa:

Há uma história de resistência do povo indígena, que é uma história de luta, mas também há uma história de submissão e de submetimento do povo indígena que é a marca do pensamento brasileiro sobre como tratar as sociedades originárias daqui, os donos originários deste território, não no sentido de dono como alguém pode ser dono de uma garrafa d'água ou de uma mesa, mas no sentido de herança cultural, no sentido

³ Atualmente, essa língua representa uma marca da identidade cultural para algumas etnias do Amazonas, além de ser muito usada na calha do Rio Negro.

de herança material, de guardadores deste território, não para que alguém viesse tomar posse dele depois, mas para as nossas próprias gerações futuras. (KRENAK *apud* DORRICO *et al*, 2020, p. 32).

Nos registros oficiais do ensino de história no Brasil, podemos analisar esses processos de construção de memória e história que privilegiam um grupo específico.

Segundo Almeida (2012), discutia-se, essencialmente, se os “índios” deviam ser integrados ao processo de forma pacífica ou violenta. As concepções políticas e ideológicas sobre os “índios” se associavam e eram fundamentalmente influenciadas pelas realidades econômico-sociais do novo Estado.

Esse processo de registro histórico consolidou o preconceito evidenciado nas formas pejorativas de se referirem a nós, como “coisa de índio”, “modelo tupiniquim”, dentre outros. Lembramos, ainda, que não somos “índios”, não escolhemos essa forma de chamamento. Inclusive, é bom sinalizar que, se quiséssemos o mês de abril como espaço de memória das lutas indígenas, que fosse para lembrar Galdino Pataxó Hã Hã Hãe, brutalmente assassinado, em Brasília, por 5 jovens de alta classe. (que, atualmente, ocupam altos cargos políticos). (DORRICO *et al*, 2020, p. 35-36)

No caminho inverso da historiografia, anciãos, historiadores, antropólogos, escritores e artistas originários, estão, hoje, ainda que lentamente, caminhando da invisibilidade ao protagonismo histórico dos povos originários. Para a autora originária Julie Dorrico, do povo Macuxi.

A literatura indígena brasileira contemporânea está marcada pela atuação direta dos escritores/autores, pela voz e pela letra, na publicização do pensamento indígena em livros/CDs/mídias sociais. Diante da pluralidade de pertencas étnicas, de estilísticas que perpassam a oralidade e a escrita alfabética, os sujeitos indígenas enunciam sua voz e/ou sua letra em um movimento de autoexpressão e autovalorização de suas ancestralidades e costumes, bem como na dinâmica de resistência física, lutando pela demarcação de suas terras, e de resistência simbólica, reivindicando uma revisão dos registros oficiais que os escanteiam, (DORRICO *et al*, 2020, p. 229).

Para os povos originários a palavra tem alma de quem fala ou escreve, Dorrico (2020) escrevemos para nossa alma pulsante e para propor reflexões sobre tais escritas nos atos de construção em memórias de verdades. Não é tempo de sustentarmos hipocrisia, mas de estarmos despertos.

Conceito sobre a leitura da literatura

No transcorrer da história da humanidade, o ato de aquisição do aprendizado passou por inúmeras fases, dentre as quais podemos destacar a fase da oralidade, em que os saberes se davam através da fala, sem registros, pois a escrita não era amplamente difundida, assim como a leitura, sendo privilégio de poucos. Dependia-se unicamente da memória dos mais velhos “experientes” para manter a tradição e a cultura na antiguidade.

Nas sociedades gregas, assim como em outras culturas ocidentais, a forma de ensinar os jovens se dava por meio da oralidade. Houve avanços com o passar do tempo e o surgimento da escrita, o que permitiu uma ampla divulgação do saber acumulado, facilitando a transmissão do conhecimento, a mediação dos saberes por parte dos filósofos “professores da época”.

O que se percebe é que cada cultura traz uma história, composta por hábitos, costumes e tradições. Para manter a própria essência e transmitir seu conhecimento para as gerações posteriores, mantendo assim o vínculo com os predecessores que vivenciaram. As histórias e estórias trazem o esclarecimento, assim proporciona o entendimento das raízes da cultura brasileira.

O Brasil diante da sua imensa grandeza comporta muitas manifestações literárias, em cada lugar existe uma literatura própria, literatura esta que representa o modo de vida de quem habita esses lugares. Entre as muitas literaturas presente no Brasil está a literatura indígena, uma literatura que luta por seu lugar no cenário literário. A literatura indígena traz características que podem representar as fases da formação do indivíduo, arraigado em seu conteúdo um valor significativo de informação que só tem a contribuir no desenvolvimento de seus leitores. Além disso, a literatura indígena é ainda um importante meio de transmissão de conhecimento, a partir das múltiplas formas de abordagens de leitura e na difusão de conceitos importantes sobre preservação, amor ao próximo, o respeito com os seres vivos e outros fatores que pode ajudar o leitor na compreensão de si mesmo e da realidade que o cerca (SANTOS, 2017, p. 76).

Comungamos com a opinião de Santos (2017) que a literatura de temática indígena pode auxiliar na formação leitora dos estudantes, além de conscientizá-los sobre o respeito que os indígenas merecem. A cultura indígena é rica e desperta, nas crianças e nos jovens a imaginação, sendo capaz de conduzi-los a um mundo de fantasias em que o gosto pela leitura se torna presente, permitindo esse hábito positivo. Neste tipo de literatura, o principal agente é o próprio indígena vivendo o cotidiano com seus costumes

e tradições. É por meio da narrativa, permeada de situações singulares, algumas vezes míticas, que o leitor pode se transformar.

Leitura da literatura indígena

A leitura da literatura indígena com certeza é significativa no esclarecimento educativo, conduzindo à intertextualidade e a interação do autor com o leitor, quando traz temas interessantes e instigantes relacionados à sua própria história, suas origens, ofertando o mecanismo necessário para que seja capaz de ver além de pensamentos engessados por preconceitos e influências negativas. Nesse sentido percebemos o quão é importante a escrita de um autor indígena para conduzir o aluno leitor a reflexões nessa temática.

Embora seja também espaço para denunciar a galopante violência contra os povos de diferentes etnias, a literatura indígena é de paz. Porque a palavra indígena sempre existiu, uma de suas especificidades tem tudo a ver com resistência. Então, quem quiser ouvir que ouça também o canto dos guerreiros, o som dos tambores; a voz do vento em sintonia com o voo dos pássaros, o som das águas, o ritmo dos maracás e dos nossos passos na direção do horizonte [...] (GRAÚNA, apud SANTOS, 2017, p.77).

Quando a autora cita as diversidades étnicas e a sua relação com a literatura, ela expõe a sua visão como indígena que sofre as consequências das ações dos homens brancos, que muito pouco mudou desde os tempos da colonização, somente a educação pode transformar este panorama sombrio, dos primeiros habitantes deste país.

Segundo Santos (2017), durante a década de 1980, a literatura indígena começou a ser descoberta por meio dos movimentos sociais que ganharam forças, com o fim da ditadura militar. Teve início neste período as escritas de autores indígenas, a literatura passou a ser feita pelo próprio índio, por meio de suas crenças e costumes tribais, suas escritas são para um público-alvo de “indígenas e não indígenas”, essa literatura é produto de natureza oral ou escrita, coletiva e individual, a partir de elementos culturais dos povos indígenas. Para Franca e Silveira (2014, p. 69) “A introdução da escrita alfabética incentivou a produção bibliográfica nas sociedades indígenas que, em sua maioria, faziam uso apenas da tradição oral”.

Assim, podemos resumir que as narrativas são feitas pelos próprios indígenas de como é viver em uma etnia.

Podemos citar alguns autores indígenas que contribuíram nesse movimento literário: Ailton Alves Lacerda Krenak, popularmente conhecido como Ailton Krenak, líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro da etnia indígena krenak. Na década de 80, ele passou a se dedicar exclusivamente à articulação do movimento indígena. Em 1987, no contexto das funções da Assembleia Constituinte. Autor de vários livros entre eles “O Amanhã não está à venda” e de vários documentários sobre a cultura indígena; Daniel Munduruku é outro importante autor de obras indígenas, escritor e professor brasileiro, pertencente à etnia indígena Munduruku do Pará, seu foco é a literatura infantil, entre outros livros podemos citar Contos Indígenas Brasileiros; Maria das Graças Ferreira, pseudônimo Graça Graúna, é uma professora de literatura e direitos humanos, nasceu no ano de 1948 na cidade São José do Campestre, de etnia Potiguara, integra este grupo de escritores indígenas. Dentre muitos gêneros literários de sua autoria destacamos: poesia, escrita infanto-juvenil, crônicas e ensaios.

Assim sendo, temos como base a cosmovisão dos povos Yanomami, que no ano de 2015 o xamã Davi Kopenawa⁴ publicou sua autobiografia *A Queda do Céu*, em coautoria com o antropólogo Bruce Albert, sua obra se constitui em autobiografia e também uma crítica ao materialismo e ao consumo exagerado do mundo industrializado, além de oferecer um retrato rico, com detalhes do modo de vida dos Yanomami e de sua iniciação como xamã e defensor da floresta e dos povos indígenas contra a destruição e ganância dos brancos. Davi fala do perigo dos garimpos na Amazônia brasileira, faz apelo ao Estado que assuma a responsabilidade que lhe é imputada, perante os povos originários.

O metal de Omama⁵ ocultou nela é seu esqueleto, que ela envolve úmido. São essas as palavras de nossos espíritos que os brancos desconhecem. Eles já possuem mercadorias mais do que o suficiente. Apesar disso, continuam cavando o solo sem tréguas, como tatus-

⁴ Davi nasceu por volta de 1956 no Marakana, uma comunidade Yanomami localizada no alto rio Toototopi no estado do Amazonas, no norte da floresta amazônica, perto da fronteira com a Venezuela. Uma de suas memórias de infância mais marcante foi quando sua mãe o escondeu dentro de um cesto Yanomami, quando os primeiros brancos chegaram a sua comunidade. (Disponível em: <<https://www.survivalbrasil.org/davibiografia>>.)

⁵ Deus na língua Yanomami.

canastra. Não acham que fazendo isso serão contaminados quanto nós somos. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 357).

Segundo Davi a fumaça que é liberada do ouro, que é tirado da terra, espalha doença e atrapalha os espíritos da floresta, e que o mundo todo será prejudicado.

A epidemia xawara⁶ prospera onde os brancos fabricam os seus objetos. Sua fumaça, surgem deles e das fábricas em que cozem os minérios de que são feitos. [...] A epidemia xawara está vindo e sua fumaça se avermelha! Está pondo o céu em estado de fantasma e devora todos os humanos ao longo do seu caminho! Devemos rechaçá-la para longe. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 367-368)

Os discursos de Davi demonstram elementos desse tipo de pensamento que estamos comentando, nós não prestamos atenção na fala dos sábios indígenas, nossos valores não são os mesmos que os deles, o conhecimento que possui uma pessoa respeitada como xamã, ou Pagé, passam por conhecimentos distintos, como a botânica, a medicina, a zoologia, a ecologia, a etologia animal, a meteorologia, a filosofia, a música, a química, a psicologia, a maturação e a história, entre outros.

Além disso, todos esses conhecimentos que chamamos de xamânicos, não estão restritos a especialistas, muito pelo contrário, nas contas e nas fórmulas verbais que se relaciona a comunicação esses seres “da natureza” são conhecidos por quase todos os integrantes da comunidade, jovens, homens ou mulheres. Para realizar atividades, como trabalhar na roça, caçar ou pescar, é preciso solicitar consentimento, ter aprovação e proteção da natureza, para evitar picadas de cobras e de outros bichos peçonhentos, enfim, há muito para dizer sobre estes povos, mas creio que a mudança de olhar deve partir de nós, pois estão disponíveis nas bibliotecas de nossas escolas, na internet em que os próprios indígenas apresentam seus conhecimentos, no entanto, não podemos dizer que é por falta de literatura que não promovemos a inclusão étnico-racial no ensino formal.

Temos escritores que são referência no tema indígena, dentre os quais destacamos, MUNDURUKU, Daniel. *Sabedoria das águas*. São Paulo: Global, 2004; ___ *Vozes ancestrais: dez contos indígenas*. São Paulo: FTD, 2016; ___ *SAWÉ: o grito ancestral*. 1. ed. Lorena: UK'A Editorial, 2022, e muitas outras que falam do conhecimento dos povos ancestrais; KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das

⁶ A fumaça do metal.

Letras, 2020; ___*Ideias para adiar o fim do mundo*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020; KAMBEBA, Márcia Wayna. *Ay Kakyri Tama: eu moro na cidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020; ____*Saberes da floresta*. São Paulo: Jandaíra, 2020. Todas as obras citadas neste texto merecem ser conhecidas e estudadas pelas importantes contribuições que trazem sobre as experiências e vivências que estes autores tiveram em suas aldeias.

Considerações finais

A literatura de temática indígena deve ser compreendida por parte do aluno como um instrumento que conduz à reflexão, a qual envolve emoções pessoais, e aspectos sociais de forma abrangente, pressuposto em relação à temática indígena, mais precisamente à literatura, além das questões elencadas, o leitor será direcionado a conhecer os costumes e as culturas das variadas etnias brasileiras, percebendo, algumas vezes, a sua própria essência.

A busca do saber através dos mecanismos ligados à sua própria cultura é um fenômeno que dá origem e sustenta o preconceito, assim como os estereótipos. Os preconceitos são juízos pré-estabelecidos, com base nas crenças e opiniões que são formados sem conhecer devidamente a realidade.

Portanto, não temos uma etnia uniforme, somos brasileiros, oriundos de diversos povos, desde o sangue europeu até o africano, correndo em nossas veias, a título de herança genética e cultural, temos também muito presente a indígena, que não deve ser colocada à margem, sendo tratada com indiferença ou esquecida pela falta do conhecimento.

Vencendo o preconceito construído no correr dos séculos, hoje precisamos alcançar a lucidez e o reconhecimento desses povos “primeiros brasileiros” que contribuíram para a nossa cultura, para a nossa história. A literatura, nesse sentido, quando firmada no conhecimento e nas experiências de autores indígenas, principalmente, pode nos proporcionar um instrumento eficaz para curar as lacunas de nossa formação, enquanto indivíduos e enquanto cidadãos brasileiros.

Através dos avanços da legislação e do reconhecimento, a autodeterminação dos povos indígenas, os vícios trazidos do período colonial se fazem presentes na vida destes povos, a relação destes com a natureza tem muito a nos ensinar, mas, as práticas

autoritárias e tutelares ainda predominam nas políticas indigenistas, assim ditando as regras diárias da vida destes povos.

Referências

DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: autoria, autonomia, ativismo [recurso eletrônico]. Porto Alegre – RS: Editora Fi, 2020.

DURBAN. Ministério da Cultura – Fundação Cultural Palmares (Brasil). **Conferência mundial contra o Racismo**: Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. 2001. Disponível em: < https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-10/declaracao_durban.pdf>. Acesso em: 28 de abr. 2024.

FRANCA, Aline & SILVEIRA, Naira Christofolletti. **A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira**. Campinas: 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/tinf/a/Sw9dF3yQ43JZRZgR7mktWQ/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 20 de dez. 2023.

GATTY JÚNIOR, Décio. Estado, Currículo e Livro Didático no Brasil (1988-2007) In: LEMOS, César de Miranda. **Os índios invisíveis**: o ensino de História sem etnicidade, in: Maria Cristina Bohn Martins As sociedades indígenas, a história e a escola Antíteses, vol. 2, n. 3, jan/ jun, 2009, p. 153-167.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Francisco Bezerra dos. **Leitura da literatura indígena na sala de aula**: contribuições para o ensino. Revista Científica da Fasete, 2017. Disponível em: <https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2017/12/leitura_da_literatura_indigena_na_sala_de_aula_contribuicoes_para_o_ensino.pdf>. Acesso em 20 de dez. 2023.

SURVIVALBRASIL.ORG. **Davi Kopenawa Yanomami**: biografia. Disponível em: < <https://www.survivalbrasil.org/davibiografia>>. Acesso em: 20 de dez. 2023.